

Sobre o campo científico da comunicação¹

On the scientific field of communication

Tiago Quiroga

tagorj@terra.com.br

Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – ECA/USP. Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília – FAC/UnB

Resumo

O artigo problematiza a constituição do campo científico da comunicação – atributos, singularidades e redes conceituais na delimitação de seu objeto de estudo. Ancorada em Pierre Bourdieu, a reflexão revisita importantes pleitos do campo, tais como a recorrente questão da interdisciplinaridade e a atividade hermenêutica como princípio de autonomia. O objetivo central é delinear uma crítica às abordagens instrumentais em que a comunicação aparece, cada vez mais, esvaziada de qualquer ontologia. Em função da proliferação dos discursos que a circunscrevem ao acompanhamento tecnológico, acabamos por transformar meios em fins, sacramentamos o viés aplicativo da área, chancelando o caminho para uma atividade científica demasiadamente desreferencializada. Procura-se pensar, portanto, em que medida não seria a própria *interlocução* entre os pesquisadores da área um recurso epistemológico essencial ao enfrentamento do imperativo da dispersão técnica, bem como do mimetismo teórico que têm marcado o campo em questão.

Palavras-chave: campo, autonomia, comunicação, tecnologia, interlocução.

Abstract

The article discusses the constitution of the scientific field of communication – attributes, special features and conceptual networks in the demarcation of its study subject. Based on Pierre Bourdieu, it revisits important issues of the field, such as the recurring question of interdisciplinarity and the hermeneutic activity as a principle of autonomy. The key objective is to sketch a critique of the instrumental approaches in which communication appears increasingly void of any ontology. As a result of the proliferation of discourses confining it to technological monitoring, we end up transforming means into ends, validating the applicative bias of the area and opening up the road to an excessively dereferenced scientific activity. Therefore, the article raises the question as to what extent communication between researchers in the field might not be an essential epistemological resource for facing the imperative of technical dispersion and the theoretical mimicry that have characterized the field.

Keywords: field, autonomy, communication, technology, dialogue.

¹ O presente texto teve sua primeira versão apresentada ao GT Teoria y Metodología de la Investigación en Comunicación do XI Congreso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación – ALAIC, Montevideu, maio de 2012. De lá para cá incorporou outras problematizações, de modo que avança em termos epistemológicos em relação ao formato em que foi discutido inicialmente. Sua versão completa encontra-se no segundo capítulo do livro *Pensando a episteme comunicacional*, Campina Grande, Edupeb, 2013.

1. Apresentação

Em recente nota técnica, que compõe o novo plano de carreira para o magistério federal², o Ministério da Educação (MEC) extinguiu a necessidade dos diplomas de mestrado e doutorado para os próximos concursos públicos docentes. A notícia gerou bastante polêmica. Por parte do governo, entre outros argumentos, alegava-se que a nova portaria teria como objetivo permitir o provimento de vagas em regiões do país que sofrem com enorme ausência de professores nos quadros das universidades públicas federais. Nesse caso, a originalidade da lei teria como principal finalidade o estímulo ao desenvolvimento regional, dado que permitiria a renovação dos cursos superiores com o ingresso de novos professores. Do outro lado da polêmica, estavam aqueles que defendiam que a novidade não apenas feria o princípio da autonomia universitária, posto que desobrigava da necessidade de títulos em nível de pós-graduação para novos concursos – e com isso retiraria as decisões acerca da titulação do âmbito interno das instituições –, desvalorizando toda uma política de Estado voltada para a pesquisa, que tem sua razão de ser na figura do doutor. Com a extinção da obrigatoriedade do diploma, afirmavam os mais críticos, perder-se-ia de vista o atributo que diferencia a carreira docente em relação ao funcionalismo público federal, ou seja, estaríamos fazendo concursos genéricos para servidores públicos uma vez que, em nível de graduação, seria muito difícil (praticamente impossível) exigir qualquer discurso especializado. Mais do que isso, ao massificar o intento de ingresso na universidade, passaríamos a fazer concursos cujos parâmetros de aferição de conhecimento não diriam respeito aos ritos de valoração internos às áreas específicas, mas aos pressupostos de uma *expertise* que respondesse, com eficiência, às novas demandas de avaliação em grande escala. Nessa perspectiva, estariam sendo colocadas em xeque as próprias tradições da universidade, segundo as quais o campo científico constituiu-se como instância portadora de um conhecimento particular, cuja autoridade lhe permitiria ler os acontecimentos do mundo a partir de suas próprias categorias internas de inteligibilidade. Como se vê, a polêmica não era pequena. De todo modo, dada a pressão da comunidade acadêmica, recentemente o ministério reviu sua decisão e retornou ao modelo anterior, em que as universidades voltam a decidir sobre a obrigatoriedade dos diplomas. Ainda assim, para além da adesão a uma ou outra corrente, a apresentação da questão, a título de introdução de nosso artigo, faz-se importante dado que expõe, de modo sintomático, o problema crucial que envolve hoje o tema da *autonomia* dos

campos sociais, em especial, do campo científico, frente ao discurso aplaudidor da eficiência tecnológica, fundamento das mais recentes gestões públicas do país. Destaca-se aqui a qualidade da *tecnologia* como pressuposto do eficiente processamento e controle do espaço institucional, elã das novas formas de pregnâncias ideológicas.

Neste sentido, as perguntas que se colocam seriam: como reagem os campos sociais diante do discurso da eficiência que supõe regimes políticos/institucionais de avaliação com base na ideia de *informação* como unidade de medida universalmente válida (Weaver, 1972)? Como pensar o caso do campo científico, mais especificamente da comunicação, cujo fascínio pela evolução dos meios o caracteriza como um fazer científico colado aos fatos do mundo? Problematisa-se, enfim, a saída de um ideal moderno de liberdade, erguido em torno do princípio de *autonomia* – “capacidade de pensar por conta própria” (Kant, 1985) –, cuja concepção remete ao projeto de educação fundado pelo século XVIII – “conhecimento como condição de emancipação” (Kant, 1985) –, ao cenário contemporâneo em que se observa o deslocamento do mesmo ideal em direção ao imaginário da *informação*³ (constante superação/otimização de espaço e tempo). Tal constatação traz em seu bojo uma dimensão político-epistemológica decisiva, ou seja, trata-se da passagem de um *ideal de valor* para um *ideal de eficiência* (Carneiro Leão, 2002) em que os processos político-institucionais se tornam, cada vez mais, dissociados das crenças que orientam a produção teórica. Pensar essa dissociação nos parece inevitável dado que o problema agora trata da autonomia dos campos sociais, em especial, do campo científico e, de modo ainda mais específico, da comunicação. Voltaremos à questão.

As perguntas que iniciam este artigo, portanto, fazem alusão à chamada Nova História, movimento intelectual responsável por realizar a revolução da historiografia francesa (Burke, 2010). O movimento conhecido como Escola dos *Annales* tinha com um dos objetivos a crítica radical ao *antigo regime historiográfico francês* que fez do passado espécie de cânone inquebrantável, impossibilitando a compreensão da história como resultado de seu próprio tempo (Burke, 2010). Tratava-se aí de ampliar o fazer historiográfico estabelecendo-se métodos e abordagens que inaugurassem a história menos como grande *enciclopédia* e mais como *problema*. Propunha-se realizar *outra história*, que não fizesse apenas do próprio passado seu objeto de estudo. Estabelecia-se a *atualidade*, o momento presente, como espaço do qual deveriam provir os ditos investimentos historiográficos (Marc Bloch, 2001). Nele residiria, de fato, a possibilidade de transformação. Não apenas porque

² Lei no. 12.772 de 28 de dezembro de 2012.

³ Para Warren Weaver e Claude Shannon (1949), pais da teoria matemática da comunicação (informação), quando se trata do sistema de comunicação “[...] duas mensagens, uma pesadamente carregada de significado, e outra completamente sem sentido” têm o mesmo valor, ou seja, são iguais no que se refere à informação. Nesse caso, não importa tanto o significado, pois ambas representam uma mesma unidade (quantidade-padrão) de informação (Weaver, 1972).

aí o tempo efetivamente agiria produzindo mudança, mas também porque nele estaria a dimensão política do movimento, ou seja, o estudo do presente permitiria a inclusão do pesquisador nas próprias questões pesquisadas.

Precisamente nessa direção caminham as perguntas que abrem este trabalho, isto é, trata-se de situar a comunicação como crivo identitário de uma época: pelas mãos do “evento *tecno-logia*”⁴ desenhamos a singularidade e contingência histórica de nosso tempo presente. A questão que se coloca, doravante, remete ao “lugar” pelo qual traduzimos o presente fenômeno. Aqui a problemática do artigo. Apesar de reconhecer a rica e diversa influência dos meios de comunicação junto à sociedade, desejamos ater-nos àquela que diz respeito à gênese de um saber propriamente comunicacional. Trata-se de pensar a consolidação de uma “nova” área do conhecimento, como desdobramento direto de uma ambiência histórica dita comunicacional. Nessa proposição, a sistematização acerca de uma nova área do conhecimento ganha apelos inéditos, parcialmente, pode-se dizer, em função de uma atualidade histórica erguida por circunstâncias comunicacionais cuja originalidade tem suscitado importantes perspectivas interpretativas no campo científico. Afinal, quais as repercussões dessa ambiência tecnológica na constituição da episteme comunicacional? Que características devem nortear as produções teóricas que, em seu conjunto, poderiam vir a produzir uma dada experiência autônoma? Ou, ainda, que critérios devem integrar uma totalidade reflexiva segundo a qual se obtenha a chancela de saber constituído?

2. Sobre a condição epistemológica comunicacional: entre campo e disciplina

As perguntas, portanto, colocam-nos diante de questões comuns, de certa unidade partilhada, entendida como conjunto de empenhos reunidos, hoje, sob a semântica de uma epistemologia da comunicação:⁵ espécie de órbita em torno da qual gravitam os esforços na compreensão da “lógica própria do mundo científico” (Bourdieu, 2004, p. 17). Embora constituída por inúmeros e particulares desdobramentos, gostaríamos de problematizar o tema que nos parece fundar uma das questões mais importantes no debate epistemológico da área: a passagem da presente prática científica à condição de saber constituído, ou seja, a possível saída da condição de campo de estudos para a categoria de disciplina na ordem do conhecimento. Se, por um lado, parece não restarem dúvidas quanto à legitimidade da comunicação enquanto campo ou círculo de estudos

largamente desenvolvido, por outro, muitas são as dificuldades quanto ao consenso em torno de sua constituição enquanto disciplina na ordem do conhecimento. Na realidade, duas são as questões fulcrais – a primeira quanto ao consenso em torno da necessidade de objeto, ou seja, ainda é grande o desencontro quanto à real necessidade de que a comunicação deva, de fato, conquistar objeto de estudo próprio; e a segunda, quanto àquela que então seria seu objeto de investigação. A elas voltaremos.

De todo modo, tais perspectivas variam de acordo com os postulados epistemológicos adotados. Na impossibilidade de percorrer a totalidade das incursões epistemológicas, optamos pela contribuição oferecida por Pierre Bourdieu, mediante a formulação do conceito de *campo*, em especial de *campo científico* (Bourdieu, 2003), amplamente mencionado no debate sobre a episteme comunicacional. Caracterizada por poucas regularidades discursivas, a área de epistemologia acaba tendo, na difusão desse conceito, uma de suas principais referências: trata-se daquelas raras exceções em que se observa espécie de convergência teórica possível. Não no sentido do alcance de concordâncias, mas de marcos reflexivos compartilhados, os quais nos parecem fundamentais quanto ao debate epistemológico. Dada a produção de um tipo de saber cuja legitimidade se funda efetivamente no hábito de compartilhar, a adoção de determinada clivagem comum nos parece um recurso de trabalho basilar. Sejam os diversos avanços, sejam os inúmeros retrocessos, trata-se do resultado de determinada prática cujo núcleo central, intransponível, fundamenta-se no rito de compartilhar os problemas estudados, ainda que para se discordar radicalmente das proposições apresentadas. Significa dizer que, em se tratando de epistemologia da comunicação, uma das principais demandas que se coloca refere-se à apresentação dos termos que perpassam o presente debate. Por isso a escolha de Bourdieu: primeiro, porque seu conceito de campo é largamente utilizado em comunicação, o que sugere algum diálogo e outras tantas apropriações. Segundo, porque sua formulação se encontra fundamentada no importante princípio de *autonomia*, decisivo nesta era da globalização. Terceiro, porque o sociólogo concebe a produção científica também como relações de poder, o que nos parece fundamental para compreender as conjecturas e chaves interpretativas que envolvem a institucionalização das práticas científicas em comunicação.

3. O conceito de campo

O conceito de campo social surge como terceira opção às dicotomias representadas pelas principais tradições

⁴ Evento aí aponta para descontinuidade, interrupção de suposta estabilidade, abalo que cessa determinado fluxo esperado e que parece ter na tecnologia sua grande designação. Aqui tecnologia será entendida como grande acontecimento de nossa época, responsável por instaurar fraturas paradigmáticas nos diversos patamares societários (cultura, pensamento, natureza, etc.).

⁵ Expressão que ganha amplo espectro a partir da publicação de Lopes, 2003.

teóricas que permeiam a história das produções culturais, em que se inclui a própria ciência (Bourdieu, 2004, p. 20). Segundo o autor, a disciplina que tem como objetivo fazer da própria ciência seu objeto de análise – empenho igualmente circunscrito à história da literatura, da arte, da filosofia, sendo elas também seus respectivos objetos – caracteriza-se fundamentalmente por duas grandes reminiscências teóricas: a *externalista* ou *externa* e a *internalista* ou *interna* (Bourdieu, 2004, p. 19). A primeira delas, “frequentemente representada por pessoas que se filiam ao marxismo” (Bourdieu, 2004, p. 19), de costume vincula as diversas produções a seu contexto, interpretando-as a partir de sua relação com os aspectos sociais e econômicos. Tal tradição tem como pressuposto a ideia de que toda produção teórica é sempre o resultado de determinadas condições sociais. Nessa perspectiva, a ciência é concebida como resultado das injunções contínuas que permeiam a conjuntura social, característica que faz com que traga sempre em seu bojo determinada dimensão política e histórica. Necessariamente resultante das chamadas *leis sociais*, a produção científica, nessa perspectiva, estaria referida ao *macrocosmo* (Bourdieu, 2004). Nesse caso, os produtos epistêmicos tomariam como subsídio os elementos oferecidos por sua atualidade, ou seja, os aspectos dados por seu contexto histórico-social, expressando, em suas próprias categorias analíticas, os postulados e agenciamentos de sua época.

Entretanto, diz o autor, é também verdade que tais produtos carregam níveis de “autonomia”⁶ em relação ao contexto social, ou seja, não seriam tábulas rasas, lisas, totalmente vulneráveis aos estímulos externos. Neste sentido, muito diferente seria aquela outra tradição, erguida a partir do “fetichismo do texto autonomizado” (Bourdieu, 2004, p. 19), tradição *internalista* ou *interna*, que se caracteriza pela crença no exclusivo contato com as obras, isto é, com as diferentes produções do espírito humano, como sendo suficiente para se realizar determinado relato com aspirações científicas.

A linhagem resulta do que denominou a construção de espaços relativamente autônomos, portadores de leis, estruturas e funcionamentos específicos, *microcosmos*, que filtram e traduzem, a sua maneira, as diversas influências do mundo social, garantindo-lhes, portanto, determinado nível de autonomia (Bourdieu, 2004). Resultante, então, do que o autor chama de *erro de curto-circuito* entre as duas lógicas, do *texto* e do *contexto*, instaura-se a noção de *campo*. Diferente de ambas, o conceito mostra que, em se tratando da historicização de qualquer produção do espírito humano, não basta aderir a uma ou outra reminiscência. Segundo Bourdieu, entre elas, existiria um *universo intermediário*, um espaço composto por *agentes e instituições*,

de onde emerge o conceito de campo, que se constitui, portanto, alternativa à ideia de ciência pura, “totalmente livre de qualquer necessidade social, assim como da ‘ciência escrava’, sujeita a todas as demandas político-econômicas” (Bourdieu, 2004, p. 21).

3.1. A particularidade do campo científico

Significa dizer, então, que os campos seriam universos sociais como quaisquer outros, perpassados por leis, lutas e embates que regem o chamado ambiente *macrocosmo*. Entretanto, também teriam leis próprias e específicas, que não necessariamente se encontram submetidas a esse mundo. Seriam, portanto, regidos por tipos de capital próprios, isto é, obedeceriam a determinações internas, correspondentes à produção e aos fatores próprios de cada atividade, de cada campo, e que, conseqüentemente, responderiam pela especificidade das possíveis traduções do mundo social. Aos elementos e leis específicos que regem cada campo, portanto, remeter-se-ia o princípio de autonomia, ou seja, tanto mais autônomo será um campo quanto maior for sua capacidade de *refratar*, de afastar, de se desvincular do mundo social, tornando-se independente. Competência que o autor chama de disposição de *retraduzir* as influências do mundo social, tornando-se o mais autônomo possível, e da qual são exemplos os campos da literatura, das artes e, sobretudo, aquele que nos interessa diretamente: o campo científico.

As respostas em torno da especificidade do campo científico remetem necessariamente ao tipo de capital – nesse caso capital científico – responsável, afirma Bourdieu, pela determinação interna da estrutura do campo em questão e pela apropriação específica do mundo social. Trata-se aqui da compreensão dos dois tipos de capital através dos quais o campo científico conquista sua autonomia. O primeiro, *capital intelectual*, dito “puro”, que se refere à competência técnica, ao acúmulo do conhecimento e reconhecimento, na forma de prestígio pessoal, junto aos pares; e o segundo, *capital político* ou *temporal*, que diz respeito aos ofícios administrativos, à ocupação de cargos institucionais em trabalhos e projetos científicos, tais como chefias de departamentos, participação em comissões de avaliação, coordenação de laboratórios, etc.

Embora permeadas de distinções, as duas modalidades de capital científico são efetivamente as que fundam o campo em questão. De todo modo, pode-se dizer: embora o *capital científico político* ou *institucional* seja imprescindível na compreensão do conceito de campo científico, não estariam propriamente em torno de suas configurações os aspectos que atendem à especificidade e autonomia do campo científico. Ou seja, se estamos interessados nas chamadas

⁶ Expressão cunhada por Bourdieu no texto *O campo científico*, 1983, p. 117.

determinações internas que especificam o campo científico, devemos nos ater aos desdobramentos circunscritos ao *capital científico* “puro” ou *intelectual*. Em seu desenvolvimento repousam os atributos que singularizam o campo científico. A ele remonta “a lógica segundo a qual a ciência engendra seus problemas” (Bourdieu, 2003, p. 116) e que responde pela capacidade de *refratar* e traduzir, de modo específico, as influências do mundo social garantindo-lhe relativa autonomia. O que seriam, porém, esses níveis de cientificidade? Como os definir? Que parâmetros devem ser levados em consideração ao nomeá-los? Como vão variar de um campo ao outro? Trata-se aí do “valor diferencial e distintivo” (Bourdieu, 2003, p. 121) que caracteriza a especialização do discurso científico, cuja originalidade o autonomiza e distingue de qualquer outro campo social.

3.2. O crivo das redes conceituais na constituição de objeto de estudo

Bourdieu discorre com maior acuidade sobre a questão em *Ofício de sociólogo* (Bourdieu, Chamboredon, Passeron, 2007). Com o intuito de responder ao problema da autonomização da sociologia, apresenta a “ordem lógica dos atos epistemológicos – ruptura, construção, prova dos fatos” (Bourdieu, 2007, p. 73) como espécie de prerrogativa pela qual se podem garantir os níveis de cientificidade que caracterizam a especificidade dos campos científicos. O primeiro deles, portanto, trata da necessidade de ruptura com o senso comum, “opiniões primeiras sobre os fatos sociais”, que apontam para uma “coletânea falsamente sistematizada de julgamento” (Bourdieu, 2007, p. 23). No rastro de Durkheim, que denunciava os perigos de uma hiperespecialização na nova ordem urbano-industrial iniciada em meados do século XIX, o autor chama atenção para a precarização das chamadas *pré-noções* que ancoram sua legitimidade nas “funções sociais que desempenham” seus atores e que, na prática, têm como grande objetivo “reconciliar, a qualquer preço, a consciência comum consigo mesma” (Bourdieu, 2007, p. 23). Além da ruptura com noções comuns, remete-as a certo escopo teórico e metodológico cujos acúmulo e enquadramento sejam capazes de produzir outras regularidades discursivas.

Trata-se da construção do objeto científico. Ao retirar a interpretação do acontecimento de uma leitura meramente opinativa, integrando-a a outro formato de relações entre os elementos, as práticas científicas não apenas a inserem em outra modalidade representacional, mas também em outro espectro discursivo cujo engenho permite melhor demarcação de sua natureza e vicissitudes. Promove-se, assim, a fixação de fronteiras ou limites em torno dos quais se desenrola o feito social, e compreendem-se as regularidades que então o caracterizam. Além de atribuir maior profundidade ao acontecimento, é bem possível que tais

leituras, uma vez referendadas por aquelas representações, lhe confirmam níveis seguros de conservação, evitando, assim, os elevados índices de suscetibilidade que costumam caracterizar o regime opinativo.

A questão, portanto, é da ordem da “demissão empirista” (Bourdieu, 2007, p. 45). Na realidade, diz o autor, o empirismo cego acaba misturando-se à condição de fato social, ao que chama de “objeto real, pré-construído pela percepção” (Bourdieu, 2007, p. 46). Nesse caso, haveria grande diferença entre este último e aquele dito científico, resultante do “sistema de relações construídas propositalmente” (Bourdieu, 2007, p. 46). No primeiro caso, aponta-se para fenômenos sociais que, embora tenham sua existência notadamente reconhecida, não necessariamente alcançam legitimidade a ponto de tornar-se objeto de investigação científica. Apesar de serem objetos reais, permanecem no registro de uma percepção ingênua e de senso comum, não se tornando, portanto, passíveis de análise mais rigorosa na ordem do conhecimento. Para tal, afirma o sociólogo, é preciso que obtenham a chancela de objeto científico, conquistada por sua articulação a um nível de conceitos e padrões sistêmicos mais amplos, capaz de torná-lo fenômeno também científico. Em outras palavras, o objeto científico seria, primeiramente, o resultado da apropriação de uma realidade articulada pelo pensamento; apropriação, entretanto, que não atende a qualquer pressuposto, senão àqueles constituídos pelo *capital científico* “puro” ou *intelectual*, portador das redes conceituais, representante dos padrões sistêmicos pelos quais se formam e autonomizam os saberes.

Além da apresentação das fases da pesquisa em sociologia, há, como questão de fundo na reflexão de Bourdieu, preocupação em determinar os limites e possibilidades da instauração da mesma como saber científico. A partir da explicitação das diferentes e articuladas fases da pesquisa estaria sendo pensado o nível de cientificidade presente em tal prática do conhecimento, ainda que, por natureza, ela apareça atrelada ao mundo social. Sua análise aborda a institucionalização de tal fazer científico; por esse motivo, a ênfase no debate com aquelas que são consideradas, em referência a Kuhn, as matrizes disciplinares das ciências sociais. Através da remissão a Marx, Weber e Durkheim, ele situa o “leque bem definido de problemas e que utilizam métodos adaptados a esse trabalho: [...], ou seja, um estado de realização científica que é aceite por uma fracção importante dos cientistas e que tende a impor-se a todos os outros” (Bourdieu, 2004, p. 29).

Por isso, então, a radicalidade da opção pelas redes conceituais como núcleo originário da pesquisa sociológica. Seu objetivo é mostrar que não existe objeto científico que não resulte necessariamente da articulação conceitual construída de modo intencional entre o fenômeno social e o arcabouço teórico de cada campo científico. Segundo Bourdieu, são as próprias disciplinas, e seus respectivos objetos, o resultado dessa recíproca articulação. Resultantes do processo

de *autonomização* das práticas científicas, as disciplinas apresentam-se como objetivações sociais, lócus da sedimentação de leituras especializadas, de categorias discursivas, vislumbradas fundamentalmente em teorias e métodos de pesquisa, em torno dos quais são sistematizadas as opiniões e os depoimentos do senso comum. Instâncias em que se concentram os mecanismos pelos quais se obtêm a definição, a preservação e o aprofundamento dos estudos que cercam os diferentes fenômenos sociais, as disciplinas são, finalmente, modos pelos quais se lhes garante a chancela de “universos relativamente autônomos [...], produto de conflitos que visam impor a existência de novas entidades e das fronteiras destinadas a delimitá-los e protegê-los” (Bourdieu, 2004, p. 73). Centro nevrálgico das práticas do conhecimento, em seu domínio assentam-se, portanto, o aglomerado de problemas e modos de investigação que, segundo um conjunto de cientistas, se legitima como o sentido e a direção própria de um dado legado reflexivo. A suas fronteiras metodológicas e aportes conceituais estariam, então, sendo remetidas não apenas as opiniões de senso comum, resultado direto da chamada ruptura com a *ilusão do saber imediato* (Bourdieu, 2007, p. 23), mas também a própria possibilidade de construção de autonomia.

3.3. Hermenêutica como princípio de autonomia

Responsáveis, então, pela aquisição da chancela de saber constituído, as disciplinas correspondem a uma determinada convergência de estudos em torno de um dado objeto cujo discurso especializado, de modo geral, outorga a suas práticas científicas o título de área do conhecimento, episteme ou simplesmente ciência. O processo que implica certa solidificação de teorias e métodos de pesquisa se torna necessariamente o resultado de ampla aceitação coletiva. A pergunta que se coloca é: como se adquire tal condição? O processo não corre à revelia, muito menos encontra-se sujeito a acasos fortuitos, ou seja, a construção de determinado objeto científico não corresponde à aquisição imediata e será sempre o resultado de extenso período de acumulação. “A definição dos problemas e a metodologia de investigação utilizada decorrem de uma tradição profissional de teorias, métodos e competências que só podem ser adquiridos no termo de uma longa formação” (Bourdieu, 2004, p. 29). Além disso, trata-se do processo necessariamente movido pela busca do *monopólio da autoridade científica*, resultando na derivação de lutas e embates concorrenciais (Bourdieu, 2003).

De qualquer forma, a questão central diz respeito à originalidade das traduções dos fatos do mundo. Colocadas na forma de conceitos, tais traduções carregam possibilidades interpretativas que dão à hermenêutica destaque na construção de autonomia e formação dos saberes. No fenômeno da criação, portanto, estaria a possibilidade de

leituras cuja originalidade pode constituir traduções particulares do *macrocosmo*, por onde então cada campo científico constrói sua especificidade. A observação aponta para a importante distinção entre os conceitos de campo científico e disciplina ou episteme, invariavelmente confundidos no debate em comunicação.

No primeiro caso, como temos dito, trata-se de pensar a prática científica como extensão do contexto macrosocial. Embora dele se possa distinguir, uma vez que se apresenta detentora de leitura própria e específica dos acontecimentos do *macrocosmo*, cabe concebê-lo fundamentalmente como instância marcada por *lutas e embates concorrenciais* que caracterizam qualquer campo social.

No segundo caso, falamos do problema que envolve a especificidade do campo científico, circunstância que, embora fuja de resposta unitária, atende pela produção e pelo acúmulo de *capital científico* “puro” ou *intelectual*. Se, por um lado, o campo científico representa uma modalidade de campo social, por outro, dentro dele, encontramos várias distinções que atendem por materialidades disciplinares que representam, na verdade, especificidades internas.

Portanto, se tais campos gozam de relativa autonomia é porque são constituídos de capacidades específicas que possibilitam *refratar* e retraduzir, de modo próprio, as injunções externas do mundo social. Tal procedimento encontra-se diretamente vinculado aos níveis de originalidade que aí se produzem. Nesse caso, a transformação das diversas práticas científicas em disciplinas seria modo de fortalecer, preservar e, muito especialmente, reconhecer a especificidade dos lugares de fala. Nesse caso, a problematização da constituição disciplinar não trata tanto de uma defesa de preceitos, mas da tentativa de reconhecimento de certa originalidade discursiva cujas diferenças tendem a produzir maior riqueza sobre as leituras dos *fatos do mundo*. Além da abordagem prescritiva, a constituição de objeto remete à tentativa de identificar, resguardar e aprofundar determinado acúmulo teórico, cuja justificativa delinea-se única e exclusivamente no reconhecimento da originalidade de atitudes interpretativas diante dos *fatos do mundo*, questão que caracteriza, a nosso ver, o debate quanto à constituição da episteme comunicacional. Ao se reivindicar que tal campo de estudos seja alçado à condição de disciplina, quer-se de fato, entre outros aspectos, o reconhecimento de uma fala própria, ou seja, compreender de que maneira as práticas científicas em comunicação hoje têm produzido leituras originais do evento social.

4. Sobre a especificidade comunicacional: interdisciplinaridade

De modo breve, citamos algumas características que têm impedido o avanço do tema. A primeira delas seria a escassez das próprias reflexões epistemológicas no campo.

Se vasta é a produção teórica que o caracteriza, dado o caráter incipiente da área, não se pode dizer o mesmo quanto às reflexões em torno de sua epistemologia. Na verdade, ainda são poucos os livros que se vêm dedicando a realizar o debate sobre o tema.⁷ Apesar da centralidade da demanda, sobretudo nos diversos rituais normativos do campo, poucas, embora decisivas, têm sido as análises que se preocupam em oferecer mais solidez teórica à questão, de certa forma, urgente ao meio acadêmico de comunicação. Embora existam, por exemplo, nos diversos encontros e congressos de pesquisa, espaços institucionalizados que se propõem a pensar o assunto, observa-se ainda grande dificuldade em organizar tal quadro de reflexão, sobretudo no que diz respeito ao agendamento dos termos e questões que, uma vez sistematizados, poderiam vir a produzir maior visibilidade, se não avanço, da temática de trabalho. Podemos citar também os múltiplos e desvairados desencontros que envolvem a reflexão epistemológica em comunicação.

A adjetivação tem causa própria e deriva do modo pelo qual está constituída parte dos estudos comunicacionais. Decisivamente marcados pelo crivo uniforme do instrumento, tais prospecções concebem o fenômeno comunicativo quase sempre como meio para se alcançar determinado fim, perspectiva que não só o consolida como poderosa ferramenta dos mais diferentes episódios sociais, mas, sobretudo, o situa a partir de certa determinação instrumental em que permanece como rebatedor de outras áreas do conhecimento. Talvez seja esse um de seus axiomas fundamentais. Embora nos esforcemos em oferecer-lhe legitimidade teórica igual à presente em áreas historicamente consolidadas, acabamos, muitas vezes, por insistir no viés instrumental, consagrando-o como mero aporte de outras disciplinas na ordem do conhecimento. Isso ocorre porque as incursões reflexivas do campo se apresentam continuamente “coladas” aos chamados fatos do mundo, reproduzindo, na maioria das vezes, as próprias lógicas de certa ordem tecnocultural que se propõem a analisar criticamente. Embora tal característica tenha resultado na constituição de enorme variedade de temas e objetos de estudo, o problema não remeteria tanto à diversidade temática, mas à adesão e reverência incondicionais aos avanços tecnológicos, viés aplicativo que acaba por circunscrever o presente campo ao espaço do mimetismo generalizado.

Tais incursões, portanto, têm cristalizado no campo de estudos um forte e ambíguo entrecruzamento de sentidos, em que o mero acoplamento de teorias mais se aproxima de grandes colchas de retalhos do que propriamente de alguma unidade que se espera realizar em torno de um eventual objeto de estudo. Ao se realizar a enorme variedade

de aproximações teóricas sem síntese alguma, perspectiva em que as diversas modalidades exploratórias de pesquisa, uma vez acopladas, assim permanecem, justapostas, sob o signo da interdisciplinaridade, mantém-se a égide do campo comunicacional como “lugar de passagem”, instância da mera justaposição das diferentes correntes teóricas, em que se obtêm apenas objetos contingenciais, dispersos e voláteis. Mais do que isso, tratar-se-ia aí, finalmente, de um campo de estudos fundado no alto índice do que Bourdieu chamou de *ilusão da transparência* (Bourdieu, 2007, p. 32), em que as diversas produções teóricas tendem a reforçar opiniões de senso comum. Falamos, sobretudo, a respeito de um campo de estudos cuja natureza reside justamente na construção de um objeto científico dito interdisciplinar. Vista sob o prisma das mediações, a comunicação constitui-se de fato espaço do encontro, da elaboração de alteridade, do tornar comuns as diferentes práticas e experiências socioculturais.

Nossa questão, portanto, não diz tanto da construção de uma ciência denominada interdisciplinar; consideramos antes que essa seja exatamente a opção por um caminho bastante fértil. Entretanto, é preciso fazer da interdisciplinaridade experiência pensada, questão retida, problema significado. Daí as perguntas: o que seria então a comunicação enquanto ciência interdisciplinar? Seria possível conceber certa especificidade fundada nessa natureza interdisciplinar? Trata-se efetivamente de constituir especificidade? É possível que a comunicação ancore a construção de sua autonomia justamente nessa característica interdisciplinar? Ou, ainda, estar-se-ia à procura de autonomia? Em nosso entendimento estaria precisamente aí um dos axiomas epistemológicos centrais em comunicação. Embora reconheçamos o vigor embrionário do debate – de fato haveria na abordagem interdisciplinar grande potencial a ser explorado –, chamamos atenção para o modo pelo qual se tem refletido sobre a interdisciplinaridade. Isso porque não apenas deixamos de fazer da mesma uma problemática pensada, como também acabamos por sobrevoar, com certa aversão, a pergunta pela própria disciplinaridade.

5. Conclusão: a questão da *autonomia* na era da tecnologia

Como se sabe, o campo de estudos em questão nasce no bojo da crise do paradigma das ciências sociais. Marcada pela legítima, embora apressada, tentativa de encontrar outras respostas acerca dos saberes instituídos, a comunicação abandona a reflexão em torno do *princípio de autonomia*, fundamental ao âmbito do pensamento, decisivo para as ciências humanas. Ávidos pelo encontro

⁷ Vale destacar trabalhos como: Lopes; Navarro: 2001. Lopes: 2003. Fausto Neto, A.; Aidar Prado, J.L.; Dayrell Porto, S.: 2001. Franca, V.; Martino, L.; Hohlfeldt, A.: 2001. Weber, M.H.; Bentz, I.; Hohlfeldt, A.: 2002. Braga, José Luis: 2006. Ferreira, Giovandro Marcus e Martino, Luiz Cláudio: 2007. Entre outros.

do novo, assim como porosos aos avanços tecnológicos, somos tomados por uma experiência de conhecimento fundada pela biopolítica, que o entende como eficiente gerenciamento de informação. Ao radicalizarmos o projeto de tecnologia como sinônimo de conhecimento, deixamos de “fazer o luto” pelo princípio de autonomia, fundamental aos saberes instituídos. Mais do que isso, deixamos de entender a formação dos saberes como projeto de liberdade, cujo núcleo central encontra no próprio homem seu centro de gravidade.

Como se sabe, o projeto em torno da *autonomia da razão* nasce muito especialmente no século XVIII, a partir do *esclarecimento* como signo do progresso do gênero humano. Embora criticado e supostamente “superado”, o projeto teve no homem seu ponto de partida e de chegada. A questão que se coloca agora, na paisagem histórica que faz da comunicação portadora de um ideal contemporâneo de universalidade, é que é a própria ausência do homem a condição de possibilidade do paradigma que radicaliza as experiências de tempo real e espaço virtual. Sob o signo da informação, a *tecno-logia* instaura uma lógica por nada precedida e em si mesma referenciada. São seus próprios mecanismos internos de inteligibilidade os responsáveis por inaugurar outra modalidade de pensamento, cuja “equação da funcionalidade (iguala) os princípios de avaliação e os parâmetros de julgamento, (produzindo) a redução das diferenças de tudo e de todos” (Carneiro Leão, 2000, p. 124).

Falamos, portanto, de um radical aplainamento do que Bourdieu chamou de *diferentes diligências do espírito* (2004). Retiradas as supostas rugosidades das experiências que constituem a arte, a religião, a literatura e, muito especialmente, a própria ciência, podemos então, finalmente, integrá-las sob a égide de um único regime discursivo, a saber, da velocidade e eficiência do processamento da informação – aspecto central de nossa crítica. No caso particular da ciência, quando ela passa a ser entendida como sinônimo de gerenciamento de dados, acaba por perder a condição de gênero cultural, centrado ainda num projeto de liberdade, transformando-se em mera eficácia que, em tese, independe da própria presença do homem em suas categorias de inteligibilidade. Significa dizer que, deixando de problematizar um projeto de autonomia, acabamos também por não compreender o processo histórico do qual, hoje, somos protagonistas e que atende pelo nome de derretimento disciplinar.

Fenômeno histórico produzido pelo advento tecnológico nas mais variadas dimensões sociais, o transbordamento teórico das disciplinas produz práticas sociais que extrapolam os espaços ditos especializados, fazendo com que as fronteiras entre os saberes constituídos se mostrem fluidas e incertas. Seja, por exemplo, no caso da arte, que sai dos museus, instalando-se no cotidiano, nas ruas, seja no caso da produção do conhecimento, em que os suportes de

comunicação surgem como “novo” espaço do saber (espaço que parece ocupar o lugar outrora destinado às instituições escolares) – em ambas as situações tem-se a suposta falência dos lugares de fala ditos especializados. Nesse sentido, a questão que se coloca é: se, de alguma maneira, torna-se fértil e venturosa a crítica aos modelos clássicos, isto é, aos lugares de fala especializados, em grande parte oriundos das práticas disciplinares, o que nos abre então para conexões antes não pensadas, de outra maneira, é também necessário tomar cuidado com a aversão às falas fundamentadas, posto que ela nos lança num ambiente de indiferença generalizada. Muitas vezes a simples vontade de negar qualquer fala qualificada nos conduz ao desenvolvimento de práticas conservadoras propriamente ditas. Nesse sentido, talvez fosse interessante compreender que navegamos entre o exercício crítico às abordagens excessivamente técnicas, instrumentais e moralistas e àquelas que, a título de ampliar os horizontes que caracterizam os saberes instituídos, em nome do novo e pelo novo, legitimam também novo conservadorismo, seja na produção artística ou científica. Por isso, a problematização em torno da interdisciplinaridade. Tal insistência ocorre porque se, por um lado, acreditamos ser fundamental arejar referenciais teóricos sem vitalidade, por outro, entendemos ser insubstituível a virilidade do fundamento. Acreditamos ser insuficiente a tácita aceitação de supostas diferenças teóricas e, em consequência, da identidade construída sob o signo de uma ciência interdisciplinar em que se observam, muitas vezes, não apenas inumeráveis, mas narcísicas e autoritárias reflexões sobre o tema. Em outras palavras, acreditamos ser insuficiente a *naturalização* em torno de uma área interdisciplinar. Na verdade, em detrimento de uma ciência interdisciplinar, o que teríamos hoje seria a ampla aceitação da abordagem que legitima uma perspectiva instrumental da comunicação, em que não só ela aparece, quase sempre, como instrumento, utensílio, aporte de outras disciplinas, mas também que a mantém sob o manto da radical falta de diálogo entre os próprios pesquisadores da área. Em comunicação terminamos por não ler uns aos outros, o que significa uma atividade científica desreferencializada. Seria preciso, portanto, pensar a respeito. Trata-se da atividade humana cujas respostas, evidentemente, não se encontram por decreto, mas, sobretudo, através de longo processo de institucionalização que envolve os mais diferentes rituais científicos, centrados, em boa parte, na partilha política e na comunhão temporal dos conceitos e teorias produzidas no meio. Daí a importância da *interlocação* como recurso epistemológico crucial ao campo da comunicação.

Referências

BLOCH, Marc. 2001. *Apologia da história ou O ofício do historiador*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

- BOURDIEU, Pierre. 2004. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo, Unesp.
- BOURDIEU, Pierre. 2004a. *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa, Edições 70.
- BOURDIEU, Pierre. 2003. O campo científico. In: Renato ORTIZ (org.), *Bourdieu: sociologia*. São Paulo, Olho d'Água, p. 112-143.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. 2007. *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Petrópolis, RJ, Vozes.
- BRAGA, José Luis. 2006. *A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática*. São Paulo, Paulus.
- BURKE, Peter. 2010. *A Escola dos Annales 1929-1989*. São Paulo, Unesp.
- CARNEIRO LEÃO, Emmanuel. 2000. *Aprendendo a pensar: vol. II*. Petrópolis, Vozes.
- CARNEIRO LEÃO, Emmanuel. 2002. A pós-modernidade. Conferência realizada na Faculdade de Letras da UFRJ em dezembro de 2002.
- FAUSTO NETO, A.; AIDAR PRADO, J.L.; DAYRELL PORTO, S. (orgs.). 2001. *Campo da comunicação*. João Pessoa, Editora Universitária.
- FERREIRA, Giovandro Marcus; MARTINO, Luiz Cláudio. 2007. *Teorias da comunicação: epistemologia, ensino, discurso e recepção*. Salvador, Edufba.
- FRANÇA, V.; MARTINO, L.; HOHLFELDT, A. (orgs.). 2001. *Teorias da comunicação*. Petrópolis, Vozes.
- KANT, Immanuel. 1985. Resposta à pergunta: que é “Esclarecimento”? (Aufklärung). In: Immanuel KANT, *Textos seletos*. Petrópolis, Vozes, p. 100- 117.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (org.). 2003. *Epistemologia da comunicação*. São Paulo, Edições Loyola.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; NAVARRO, Raúl Fuentes (orgs.). 2001. *Comunicación: campo y objeto de estudio*. México, Iteso.
- WEAVER, W. 1972. A teoria matemática da comunicação. In: Gabriel COHN (org.), *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, p. 25-37.
- WEBER, M.H.; BENTZ, I.; HOHLFELDT, A. (orgs.). 2002. *Tensões e objetos da pesquisa em comunicação*. Porto Alegre, Sulina.